



PARLAMENTO DO
MERCOSUL

- **Representação Brasileira** -

CLIPPING - Notícias

15 e 16.06.2015

Edição e Seleção

Eliza Barreto
Fernando Leão
Maria Elisabete da Costa
Yana Araújo

Sumário

JORNAL DO SENADO	3
Bezerra defende ampliação de relações com os Estados Unidos.....	3
FOLHA DE SÃO PAULO	3
Mundo.....	3
Brasil tenta ressuscitar a OEA.....	3
VALOR ECONÔMICO	5
Brasil.....	5
É preciso fortalecer mecanismos para lançar PNE, diz Monteiro	5
Venezuela veta comitiva que visitaria políticos presos, diz Senado	6
Opinião.....	8
Desmistificando a negociação dos acordos de Comércio	8
AGÊNCIA BRASIL	10
Economia.....	10
Brasil pode importar mais eletricidade de países vizinhos	10
LA NACIÓN (ARGENTINA).....	11
Mundo.....	11
Luis Almagro inicia una nueva era de la OEA y pide el fin de los "dobles discursos"	11
El Gobierno les dice a los intendentes que Cristina irá finalmente al Parlasur	14
LA NACIÓN (PARAGUAI).....	15

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Negocios.....	15
Acuerdo entre el Mercosur y UE beneficiará a autopartes y al agro	16
ÚLTIMA HORA.....	17
Economía.....	17
Industriales brasileños que huyen de la retracción ven a Paraguay como opción	17
Mundo.....	18
Asamblea de la OEA autoriza a Almagro a iniciar reformas	18

Brasil

JORNAL DO SENADO

<http://www12.senado.gov.br/jornal>

Bezerra defende ampliação de relações com os Estados Unidos

Fernando Bezerra Coelho (PSBPE) defendeu o fortalecimento das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos. Para ele, como o consumo e o investimento estão baixos no país, priorizar as exportações é uma saída para a criação de empregos e a recuperação econômica.

Bezerra disse que o Brasil precisa escolher mais atentamente os parceiros estratégicos, e os EUA podem voltar a ser o principal deles. Em 2014, ressaltou, as trocas comerciais entre os países somaram US\$ 62 bilhões. Os norte-americanos, lembrou, são os maiores parceiros do Brasil no Programa Ciência sem Fronteiras.

— Os Estados Unidos continuam a ser a maior economia global. Para nós, é conveniente nos associarmos a uma economia gigante, que dá evidentes mostras de recuperação. Para eles, a parceria com o Brasil é uma alternativa concreta para promover a integração das Américas— disse.

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2015/06/16/jornal.pdf#page=1>

FOLHA DE SÃO PAULO

<http://www.folha.uol.com.br/>

Mundo

ANÁLISE

Brasil tenta ressuscitar a OEA

CLÓVIS ROSSI, COLUNISTA DA FOLHA

15/06/2015 18h31

A diplomacia brasileira decidiu injetar um sopro de vida na OEA (Organização dos Estados Americanos), que languidescia um pouco pelo desinteresse dos Estados Unidos e muito pela antipatia a ela de parte dos países ditos "bolivarianos".

O próprio Brasil ficou quatro anos sem embaixador junto à instituição, em sinal de protesto pelas críticas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos à usina de Belo Monte.

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Como se fosse pouco, o Senado rejeitou há pouco a indicação de um novo embaixador (Guilherme Patriota), o que prolongou o vazio.

Agora, no entanto, o Itamaraty dá uma guinada e envia o vice-chanceler, o embaixador Sérgio Danese, para chefiar a delegação que participará da assembleia-geral da OEA, iniciada nesta segunda-feira (15).

A assembleia, segundo nota oficial do Itamaraty, dará seguimento ao processo de reflexão sobre a vocação institucional e a relevância da OEA para a promoção de seus quatro "pilares": democracia, direitos humanos, desenvolvimento integral e segurança multidimensional.

A chancelaria informa que "o Brasil está engajado ativamente nesse processo, que deve ter por objetivo transformar a OEA numa organização mais eficiente, mais eficaz e que atenda às expectativas e interesses de todos os países da região".

Passando do palavrório diplomático para os aspectos práticos mais imediatos: se se trata, efetivamente, de promover democracia e direitos humanos (dois dos quatro pilares), a OEA terá que desempenhar um papel relevante na crise da Venezuela.

Até aqui, o regime venezuelano, com apoio de seus pares bolivarianos, recusa-se a aceitar a OEA, que a esquerda sempre tratou como "ministério das colônias dos EUA".

A mediação na crise venezuelana está sendo feita pela Unasul (União das Nações Sul-Americanas), que, obviamente, não inclui os Estados Unidos.

O Brasil participa dos esforços da Unasul, mas ao "ressuscitar" a OEA, é razoável supor que dará a ela um papel também ressuscitado, até pela maior abrangência da entidade.

Além do mais, o novo secretário-geral da OEA é o uruguaio Luis Almagro, uma indicação do então presidente José "Pepe" Mujica, um estadista que está acima do bem e do mal na América Latina.

Tudo somado, tem-se que recuperar a OEA, se de fato o Itamaraty está empenhado nisso, significará mais do que um balé diplomático de cerimônia.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/06/1642389-brasil-tenta-ressuscitar-a-oea.shtml>

<http://www.valor.com.br/>

Brasil

É preciso fortalecer mecanismos para lançar PNE, diz Monteiro

Por Flavia Lima e Tainara Machado | De São Paulo

16/06/2015 às 05h00

O governo busca fortalecer os instrumentos de que o Brasil dispõe para apoiar a presença de empresas locais no comércio exterior e, para isso, programas como o Proex Equalização [programa segundo o qual o governo assume parte dos encargos financeiros da exportação] são fundamentais. A definição final sobre o programa, no entanto, será arbitrada pela presidente, disse ontem o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, em evento promovido peloValor.

"Não poderemos lançar um plano nacional de exportação sem oferecer a perspectiva de fortalecer esse instrumento e para isso temos discutido dentro do governo e temos contado com a sensibilidade e compreensão e apoio da presidente Dilma", disse. Mas deixou claro que, em última instância, é a presidente que "irá arbitrar essa definição".

O ministro, contudo, reafirmou a necessidade de reforçar além do Proex Equalização, o Proex Financiamento e também uma maior exposição do Fundo Garantidor de Exportações (FGE). Em sua avaliação, sem mecanismos de garantia e seguro não será possível ampliar a presença do sistema financeiro privado no financiamento à exportação. "O Brasil já carece muito de não ter um Eximbank ou uma agência especializada de crédito voltada à exportação, atuando nas garantias para que o financiamento privado ocorra em operações de maior risco ou no financiamento das operações".

Segundo Monteiro, a política comercial brasileira precisa se integrar aos fluxos de comércio, mas isso não significa abdicar de acordos em nível regional. "É imperativo que o Brasil busque certo grau de liberdade para que possa, na defesa de seus próprios interesses, se integrar ao comércio em regiões do mundo que apresentam maior potencial e dinamismo", disse. Segundo o ministro, foi assim que o governo celebrou recentemente a ampliação do acordo de complementação comercial com México, o qual deve, diz ele, ser ampliado de forma significativa, conferindo uma margem de preferência tarifária sem que isso signifique violação dos compromissos que o país assumiu no âmbito do Mercosul.

Os EUA também foram citados como país prioritário, sendo que o foco é a agenda voltada a barreiras não tarifárias. "Para bens industriais a tarifa média no mercado americano é de 3,5%. Portanto o maior problema não reside na estrutura tarifária, mas na convergência regulatória, ou seja, harmonizar normas técnicas que permitam melhor acesso dos produtos brasileiros".

Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/4095516/e-preciso-fortalecer-mecanismos-para-lancar-pne-diz-monteiro>

Venezuela veta comitiva que visitaria políticos presos, diz Senado

16/06/2015 às 01h32

O Senado informou nesta segunda-feira que a Venezuela barrou a entrada de senadores brasileiros que pretendiam visitar políticos de oposição detidos no país. Segundo o Senado, o Ministério da Defesa, ainda na sexta-feira passada, informara que as autoridades venezuelanas não tinham dado autorização para que um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) com uma comitiva de senadores pousasse em Caracas na próxima quinta-feira.

Os problemas para autorização foram confirmados pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e pelo presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG). Os dois acionaram o presidente da Casa, Renan Calheiros, para tentar reverter a situação. A informação também foi confirmada por integrantes da Mesa do Senado.

À noite, o ministro Jaques Wagner (Defesa) negou que a Venezuela já tenha tomado decisão. Ele disse que pediu autorização para o voo da FAB na tarde de nesta segunda-feira. "A Venezuela ainda não respondeu. Qualquer voo da FAB para pousar em outro país precisa pedir. É praxe. Estou aguardando a resposta, conforme acordo entre países. Mas evidentemente é de se imaginar que a Venezuela não tem o menor interesse nessa visita", disse o ministro.

O Palácio do Planalto não comentou, sustentando que ainda estavam em curso as negociações entre a FAB e a correspondente venezuelana. Aécio, Aloysio e outros senadores anunciaram viagem à Venezuela para dar apoio a líderes da oposição daquele país. A viagem ganhou caráter de missão oficial chancelada pelo Senado brasileiro. Nesta segunda-feira, Renan falou duas vezes com Wagner.

"O presidente Renan disse ao ministro Jaques Wagner que era importante a comissão ir em avião militar, avião da FAB. Se não conseguirmos autorização, vamos de avião de carreira, até de ônibus", disse Aloysio. Aécio foi informado das dificuldades pela Presidência do Senado.

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

“Houve uma solicitação por parte do presidente do Senado Federal ao ministro da Defesa, que se dispôs, inclusive, a oferecer uma aeronave, mas por ser militar, precisamos de uma autorização. Se não houver, vamos com uma do Senado”, disse Aécio.

Funcionários do gabinete de Renan Calheiros confirmaram o recebimento da informação pela Defesa. Alguns acreditam que a viagem poderá até ser adiada ou mesmo cancelada. Ao ser perguntado se temia que o governo venezuelano considerasse a visita uma intromissão, Aécio disse que não se trata disso, e sim de suprir uma “omissão do governo do Brasil” na defesa da democracia na América Latina.

“Vamos, de forma absolutamente respeitosa, dizer que na nossa região o tempo do autoritarismo já passou. Não (é intromissão), porque estaremos lá pregando aquilo que é essencial no mundo civilizado, que é o respeito à democracia e às liberdades. Não há mais espaço para presos políticos, nem na nossa região, nem em qualquer outra parte do mundo. Estaremos suprimindo a gravíssima omissão do governo brasileiro”, disse Aécio.

Diante da informação inicial que os parlamentares disseram ter sido prestada por Jaques Wagner a Aloysio e Renan, os senadores chegaram à conclusão de que o governo brasileiro não estava fazendo força, e, na verdade, tenta convencê-los a desistir. Mas os senadores avisaram que não vão desistir e nesta terça-feira vão definir como chegar a Caracas.

Aloysio entrou em contato com o Itamaraty e a Defesa. Segundo o senador, Jaques Wagner, na sexta-feira, ligou para ele e disse que o governo da Venezuela não autorizaria o pouso do avião militar. Inconformado, Aloysio procurou Renan, que voltou a Wagner e, segundo relatos, ouviu dele a mesma resposta de que não poderia autorizar a aeronave, diante do veto da Venezuela.

Nesta segunda-feira à noite, Aloysio e Aécio se reuniram com Renan para discutir alternativas de viagem. “Está soando como uma comissão de senadores da oposição, mas não é. É uma comissão do Senado, com senadores da oposição e base”, explicou Aécio. O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), quer que a Casa tome medidas contra o veto da Venezuela.

“É um absurdo. Vou entrar com um pedido para que o Senado corte relações e que a Venezuela seja excluída do Mercosul”, disse.

(Agência O Globo)

Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/4095640/venezuela-veta-comitiva-que-visitaria-politicos-presos-diz-senado>

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Opinião

Desmistificando a negociação dos acordos de Comércio

Por Regis Arslanian

16/06/2015 às 05h00

O governo brasileiro vem insistindo na necessidade de estabelecer acordos comerciais, não apenas com a União Europeia, mas também com os EUA, o México, além de outros mercados vitais para nossas exportações. A iniciativa do governo é das mais auspiciosas. Precisamos urgentemente negociar acordos com grandes mercados, de forma a desafogar a indústria nacional e criar oportunidades para reduzir a defasagem de nossa competitividade na economia mundial.

É chegada, porém, a hora de encararmos nossos interesses - e nossas possibilidades - nas negociações comerciais, de forma realista e pragmática. Em meio aos quase 400 acordos comerciais já estabelecidos no mundo, somos hoje taxados como um mercado ambicionado, mas pouco atraente para estabelecer acordos de livre comércio. É preciso saber o que queremos de nossos parceiros, mas é também necessário avaliar seus interesses. É chegada a hora de mirarmos para nós mesmos no Brasil em vez de buscar subterfúgios para o imobilismo em que nos encontramos. Precisamos desmistificar os culpados externos e dar às negociações comerciais a dimensão real que podem desempenhar em benefício de nossos interesses.

Em primeiro lugar, devemos reconhecer que nossos principais parceiros só terão hoje interesse em negociar conosco acordos abrangentes e ambiciosos, que não só incluam liberalização tarifária, mas também normas e modelos regulatórios. Será necessário mostrar disposição negociadora para, à luz de nossos objetivos nacionais, rever, e por que não, aperfeiçoar e modernizar nosso arcabouço jurídico em matéria de serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual etc.

Precisamos saber usar, estrategicamente, os acordos de comércio com os principais "players" da economia mundial para buscar com eles uma convergência de normas e de padrões regulatórios que nos abram oportunidades para construir parcerias produtivas que integrem o Brasil aos mercados de produção de vanguarda.

A relação custo-benefício que orienta hoje as negociações para os grandes acordos de comércio contempla necessariamente demandas e ofertas em regras. Nada mais natural, se o objetivo é buscar sinergias para estabelecer negócios, em um ambiente regulatório propício e previsível. Isso significa que as concessões que esperamos obter de nossos parceiros mais importantes somente

serão oferecidas a nós na medida em que estejamos preparados a mostrar flexibilidade em normas.

Em segundo lugar, tampouco devemos seguir condicionando "a priori" toda negociação comercial a um tratamento central para agricultura. A verdade é que, com a persistente crise financeira europeia e a tênue retomada do crescimento econômico americano, não podemos pretender pautar os acordos comerciais unicamente a partir de concessões agrícolas. Aliás, foi muito por essa razão que não conseguimos estabelecer um acordo com a União Europeia. Depois de quinze anos de tratativas, a EU tem usado de todos os pretextos para se furtar a definir datas para uma troca de ofertas com o Mercosul.

Não se trata de suprimir dos processos negociadores a liberalização comercial dos produtos agrícolas. Trata-se de adotar uma atitude construtiva, que contemple a possibilidade, sim, de obter concessões agrícolas, mas como resultado - e não como condição - de uma barganha justa e equilibrada no quadro negociador.

Hoje, considerando o quadro global de competitividade das exportações, ninguém questiona que o desempenho de nossos produtos agrícolas é muito superior e mais promissor do que o dos manufaturados. Frente à deterioração de nosso comércio exterior, não é razoável continuar menosprezando a possibilidade de negociar acordos comerciais, perpetuando uma postura principista de que uma negociação comercial só será válida se estiver sustentada sobre a liberalização agrícola.

Em terceiro lugar, devemos desmistificar de vez as chamadas "amarras" do Mercosul, como se fossem elas as responsáveis pela nossa incapacidade em negociar acordos de comércio. O Mercosul será sempre a vontade de seus sócios. Como união aduaneira, a estrutura normativa do Mercosul não impede que possamos estabelecer acordos abrangentes de comércio. Se temos de superar dentro do bloco resistências protecionistas, certamente não é o caso de fugir delas para não ter de enfrentá-las. Graças à firmeza do Brasil, a oferta de bens do Mercosul para a União Europeia foi, no ano passado, efetuada praticamente à revelia da Argentina. Mas foi feita. A dimensão e o peso do Brasil não dão lugar a que tenhamos que nivelar por baixo nossos interesses no Mercosul. E nossos vizinhos, queiramos ou não, têm uma importância estratégica para o Brasil.

A negociação conjunta do bloco deve ser mantida. Mas há espaço para uma negociação que atenda os interesses e as sensibilidades de cada um dos sócios. No caso de normas, por exemplo, nossas ofertas sempre terão que ser diferenciadas, mesmo porque sequer temos, dentro do Mercosul, modelos regulatórios uniformes. Com relação a tarifas, o Mercosul já tem acordos de

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

comércio estruturados em listas de produtos submetidos a calendários desiguais de desgravação tarifária.

Tais flexibilidades são, é bem verdade, imperfeições, que seriam adicionais às muitas já existentes no Mercosul. Mas, em meio à situação crítica de nossa indústria e de nossa competitividade no mundo, é, sem dúvida, melhor acomodar um Mercosul imperfeito do que se engajar em um desgastante e longo processo político e jurídico com nossos vizinhos para desconstruir o Bloco.

Por fim, e no caso da União Europeia, que é afinal nossa perspectiva negociadora mais palpável, cabe recordar que o mandato negociador que a Comissão Europeia tardou anos para obter de seus membros refere-se a uma negociação exclusivamente com o Mercosul e não para uma negociação bilateral.

A economia produtiva mundial alcançou uma dinâmica que requer de nós uma postura mais arrojada e ambiciosa. Ainda estamos em tempo de almejar patamares de vanguarda para nossa economia, em termos de desenvolvimento industrial e tecnológico. Os acordos de comércio modernos são instrumentais para isso. Bastaria encará-los de frente, sem receios e pruridos. Aqui está, hoje, nossa encruzilhada negociadora.

Regis Arslanian, embaixador, foi chefe negociador do Brasil e é sócio da GO Associados.

Fonte: <http://www.valor.com.br/opiniao/4095338/desmistificando-negociacao-dos-acordos-de-comercio>

AGÊNCIA BRASIL

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Economia

Brasil pode importar mais eletricidade de países vizinhos

Daniel Mello - Repórter da Agência Brasil

15/06/2015 15h44 Brasília

O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Luiz Eduardo Barata, disse hoje (15) que a importação de eletricidade de países vizinhos pode ser ampliada para evitar a falta de energia no Brasil. "Vamos começar a trabalhar desde já para não sermos surpreendidos no verão, como ocorreu no começo deste ano."

Barata lembrou que os níveis dos reservatórios das usinas tiveram queda significativa devido a estiagem do último ano.

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Entre os países que podem fornecer energia ao Brasil em caso de crise, o secretário citou a Argentina e o Uruguai. "Temos agora [com o Uruguai] no Rio Grande do Sul uma interligação forte, que será concluída em julho. O Uruguai aumentou bastante o parque [energético] e tem interesse no fornecimento dos excedentes", acrescentou.

O secretário explicou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve regulamentar a possibilidade de as empresas que geram a própria energia venderem a produção excedente. "Outra possibilidade, a ser regulamentada pela Aneel é a que permite a consumidores com sobra de geração dispor dessa fonte."

Em fevereiro, a Aneel fez alterações nas regras para contratos internacionais de compra e venda de energia elétrica. Até então, os agentes importadores e exportadores tinham direito de fazer apenas um contrato por mês. Publicada a decisão, o prazo passou a ser semanal. As mudanças, que vigoraram até este mês, tinham por objetivo viabilizar compras emergenciais de energia.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-06/brasil-pode-importar-eletricidade-de-paises-vizinhos-para-evitar>

Argentina

LA NACIÓN (ARGENTINA)

<http://www.lanacion.com.ar/>

Mundo

Luis Almagro inicia una nueva era de la OEA y pide el fin de los "dobles discursos"

Al inaugurar la 45 Asamblea General en Washington, el flamante titular del organismo habló sobre la esperada reforma dentro de la organización regional; Timerman está presente en representación de la Argentina

Lunes 15 de junio de 2015

WASHINGTON.- El secretario general de la OEA, Luis Almagro, encabezó hoy su primera Asamblea General al frente del organismo regional, donde abogó por defender la democracia y los derechos humanos "por encima de tiendas políticas" y se comprometió a escuchar tanto a los gobiernos como a la oposición de los Estados miembros.

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

"Como secretario general de la OEA, soy Gobierno y soy oposición", dijo Almagro al inicio de la 45 Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA).

El ex canciller uruguayo que su flamante cargo, que asumió el pasado 26 de mayo, lo obliga a ser "el más acérrimo defensor de derechos" y también del "que no tiene voz, el discriminado, el que sufre la falta de protección de sus derechos".

"La democracia y los derechos humanos son valores que están por encima de tiendas políticas, porque a la hora de perderlos, somos todos los que perdemos, es la sociedad entera la que pierde. Me importa tanto mi derecho a decir mi verdad como el derecho de mi opositor a decir la suya", sostuvo Almagro.

El ex canciller uruguayo dijo que, en el seno de la OEA, "existen condiciones hoy para procesar un dialogo hemisférico constructivo, en áreas de interés común y en las que hay divisiones, buscar las mejores circunstancias para abrir puertas cuando estas aún permanecen cerradas".

"Debemos hacer una defensa total de los derechos humanos y la democracia sin dobles discursos ni dobles estándares", añadió en una alocución que duró alrededor de 12 minutos.

REFORMA

La reunión de la Asamblea General, el máximo órgano de la OEA, es atípica este año al centrarse en la renovación del organismo y celebrarse en la sede de Washington tras la renuncia de Haití a acoger el encuentro.

En total, 19 ministros de Relaciones Exteriores, entre ellos el canciller Héctor Timerman, de los países del continente se dieron cita en la capital estadounidense para participar de esta Asamblea. Al no haber país anfitrión, el tema es "El presente y el futuro de la OEA", es decir, la profunda reforma reclamada desde hace años desde dentro y fuera de una organización cuya relevancia ha quedado mermada frente al ascenso de otros organismos.

"Debemos comprometernos para que sea esa plataforma hemisférica de diálogo político que, por su configuración, ningún otro organismo puede generar", señaló Almagro.

Almagro, que liderará la OEA los próximos cinco años, quiere promover una "amplia agenda" que responda a la "imperiosa necesidad de que haya oportunidades para todos" y, por eso, ha hecho de la frase "más derechos para más gente" el lema de su mandato.

Las delegaciones han pasado varias semanas trabajando en un proyecto de resolución para la reforma del organismo, que podría ser aprobado hoy, con instrucciones para que el equipo de Almagro comience de inmediato las tareas de repensar la estructura de secretarías de la organización.

El borrador del documento, titulado "Modernización y Reorganización de la Secretaría General", determina los pasos que el equipo de Almagro deberá iniciar de inmediato para llevar adelante la reforma estructural de la entidad.

Uno de los principales asesores de Almagro, el uruguayo Luis Porto, dijo a la prensa que, en caso de que sea aprobado hoy, el documento "permite comenzar a trabajar (...) ya el martes en la discusión de cuáles serían las secretarías que se eliminarían, las que se puede crear, y las nuevas áreas de trabajo".

La apretada agenda de la Asamblea incluye también la elección de cuatro miembros de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) y otros cuatro para la Corte (CorteIDH), además de dos integrantes del Comité Jurídico Interamericano.

La Asamblea, como ya se ha tornado una tradición, realizará una discusión sobre "la cuestión de las Islas Malvinas".

Almagro fue elegido secretario general el 18 de marzo pasado como candidato único para sustituir al chileno José Miguel Insulza, que ocupó el cargo por una década.

Agencias EFE y AFP

Fonte: <http://www.lanacion.com.ar/1801984-luis-almagro-inicia-una-nueva-era-de-la-oea-y-pide-el-fin-de-los-dobles-discursos>

Sábado 13 de junio de 2015 | Publicado en edición impresa

Elecciones 2015 / Incertidumbre por el cierre de listas

El Gobierno les dice a los intendentes que Cristina irá finalmente al Parlasur

En medio de la incertidumbre que reina en el Gobierno por las candidaturas que se definirán el sábado próximo, el oficialismo dejó entrever que crece la posibilidad de que la presidenta Cristina Kirchner decida presentarse como candidata a diputada por el Mercosur, lo cual le daría una fuerte proyección internacional sobre una región convulsionada por conflictos políticos y económicos.

Ésa fue la impresión que se llevaron algunos intendentes y dirigentes del conurbano bonaerense del Frente para la Victoria que visitaron al secretario general de la Presidencia, Eduardo "Wado" De Pedro. Convertido en un operador político central de la Presidenta, los convocó hasta ayer en un desfile incesante a su despacho del primer piso de la Casa Rosada.

El objetivo no es otro que alinearlos políticamente con miras a las elecciones primarias del 9 de agosto y prometerles millonarios planes de obras públicas.

En los últimos días, pasaron por allí, entre otros, Jorge Ferraresi, de Avellaneda; Darío Díaz Pérez, de Lanús; Gustavo Arrieta, de Cañuelas; Fernando Grey, de Esteban Echeverría; Pablo Bruera, de La Plata, y Patricio Mussi, de Berazategui.

La ronda continuará en los próximos días. De Pedro también recibió a los intendentes que se escindieron del Frente Renovador de Sergio Massa.

La postulación de Cristina Kirchner como candidata a diputada nacional por la provincia de Buenos Aires todavía no está descartada. Pero según pudo saber LA NAICON de varias fuentes del Gobierno y el peronismo la jefa del Estado está interesada en presentarse como candidata al Parlamento del Mercosur. Será la primera elección en que esos legisladores se elegirán por el voto popular.

La boleta del Parlasur, al igual que la del candidato a presidente, se presenta en todo el país. Así las cosas, en los primeros dos tramos de la papeleta del FPV de las PASO de agosto estaría Cristina Kirchner, acompañada del precandidato presidencial Daniel Scioli, en un caso, y de Florencio Randazzo, en otro. Ella sacaría más votos que ambos por separado.

La idea del Parlasur se fortaleció luego de que la Presidenta conversó con el papa Francisco el domingo último durante dos horas sobre los conflictos en América latina. La mandataria interpretó

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

que Francisco no tiene sólo el foco de atención sobre la estabilidad de la Argentina, sino de toda la región: en ese escenario ella entendió que tendría un papel central por su "liderazgo y prestigio" regional, avalado por la máxima autoridad de la Iglesia.

Cristina podría hacer valer así su amistad con el presidente de Venezuela, Nicolás Maduro, cuestionado por las detenciones políticas a opositores, y por su trato fluido con los mandatarios de Brasil, que transita una recesión, Bolivia, Ecuador y Chile.

Algunos de los intendentes también escucharon que hay muchas posibilidades de que De Pedro sea candidato a vicegobernador del postulante a gobernador bonaerense Julián Domínguez. De Pedro es mano derecha de Cristina, lo que revelaría un apoyo directo de Cristina al presidente de la Cámara de Diputados, que también tiene estrecha relación con Francisco.

De ese modo, el respaldo final de la Presidenta podría ser para Scioli-presidente y Domínguez-gobernador. También ella volvió de Roma con la certeza de que el ex cardenal Jorge Bergoglio considera a Scioli un político moderado y predispuesto al diálogo.

Todo está en análisis y no hay definiciones. Cristina conversa la estrategia con De Pedro, con Máximo y con el secretario legal y técnico, Carlos Zannini, el padrino político de Randazzo.

Son éstos quienes definirán las listas de candidatos a diputados y senadores nacionales en todas las provincias, así como las de legisladores provinciales, privilegiando a La Cámpora. Máximo y De Pedro defienden los intereses camporistas en ese núcleo.

Las dos máximas cajas bonaerenses serían de La Cámpora: De Pedro podría presidir el Senado, si es vicegobernador, y José Ottavis, la Cámara de Diputados bonaerense.

Fonte: <http://www.lanacion.com.ar/1801487-el-gobierno-les-dice-a-los-intendentes-que-cristina-ira-finalmente-al-parlasur>

Paraguay

LA NACIÓN (PARAGUAI)

<http://lanacion.com.py/>

Negocios

Representa o Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informa es visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Acuerdo entre el Mercosur y UE beneficiará a autopartes y al agro

Consultora Puente sostiene que pueden aumentar las exportaciones paraguayas

16/06/2015

Los sectores agroindustrial y autopartes podrían ser los más beneficiados en el Paraguay si el acuerdo de libre comercio entre el Mercado Común del Sur (Mercosur) y la Unión Europea (UE) se llegase a concretar. Así sostiene la consultora internacional Grupo Puente. Actualmente, la situación está siendo estudiada por ambos bloques.

Hasta la fecha, el Paraguay es el único país de la región que cuenta con el SGP Plus (Sistema General de Preferencias Arancelarias). Este sistema permite que los productos paraguayos ingresen al mercado europeo con arancel cero.

Los analistas de la consultora Puente señalan que la eliminación de los aranceles de la UE puede favorecer a las exportaciones agrícolas del país, aumentando la cantidad de los envíos de los productos derivados de ese sector.

Una mejor relación comercial entre los dos bloques podría causar una mayor perspectiva de los capitales europeos hacia los dos sectores mencionados. Asimismo, el acuerdo proporcionará un marco más favorable para las empresas de la UE y ayudará para que el bloque participe más activamente en las licitaciones para la inversión en los servicios públicos.

MUY POSITIVO

El presidente de la Cámara Paraguaya de Procesadores y Exportadores de Oleaginosa y Cereales (Capro), Óscar Sosa, explicó que el acuerdo entre el Mercosur y la UE será muy positivo para las industrias aceiteras y para las molineras del Paraguay. Dijo que eso ayudará a sacar una ventaja competitiva frente a los otros países limítrofes que están produciendo los mismos productos.

Mientras el titular de la consultora Paraguay Invest, Andrés Gwynn, explicó que la unión de ambos bloques tendrá efecto positivo sobre el sector de autopartes. Recalcó que con el convenio, el país puede tener una participación activa en las exportaciones del sector y eso generará mayor demanda, más mano de obra e industrialización.

De acuerdo a los datos de la Secretaría Ejecutiva del Consejo Nacional de las Industrias Maquiladoras de Exportación (CNIME), el sector de autopartes fue el principal producto exportado en el régimen de maquila durante el primer cuatrimestre del 2015. La misma incidió en un 24,6% del total de los artículos enviados.

Fonte: <http://www.lanacion.com.py/2015/06/16/acuerdo-entre-el-mercosur-y-ue-beneficiara-a-autopartes-y-al-agro/>

ÚLTIMA HORA

Economía

Industriales brasileños que huyen de la retracción ven a Paraguay como opción

martes 16 de junio de 2015

La crisis económica que atraviesa Brasil afecta con mayor dureza a las industrias y muchas de ellas apuntan su plan de crecimiento expandiendo sus locales al Paraguay, principalmente la región del Alto Paraná.

En un material periodístico difundido por la Red Globo del vecino país, los empresarios del sector admitieron que las condiciones actuales no permiten la ampliación de sus locales dentro del territorio brasileño

Es así que una firma prepara una industria de plásticos en un tinglado de 8.000 metros cuadrados donde prevé la contratación de al menos 120 funcionarios, que sería el doble de lo que la empresa tiene en el Brasil.

En la entrevista televisiva, el empresario César De Souza, dijo que era impensable aplicar los planes de expansión en el vecino país y que mediante las consultorías le recomendaron invertir en Paraguay aprovechando las ventajas impositivas.

Esas facilidades arancelarias les dan a los inversionistas la Ley de Maquila que permite el pago del 1% anual por el total exportado, sin que tengan que realizar otros pagos por el ingreso de maquinarias y materia prima.

Fabio Correnho, consultor de inversiones del vecino país, también fue abordado por los periodistas y explicó que otro de los factores que atrae a los empresarios brasileños al Paraguay es el precio de la energía, uno de los elementos fundamentales para sus industrias.

El ejecutivo dijo que el precio de la energía eléctrica en el Paraguay es 65% más barato, en comparación a los costos que manejan los industriales con sus locales en el Brasil.

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Maquila. De acuerdo al informe periodístico, son 94 las empresas que operan bajo el régimen de Maquila en el Paraguay y unas 30 están realizando las tratativas para instalarse en varios puntos del país. El 90% de las firmas son brasileñas, provenientes del sudeste y sur del país.

En Alto Paraná existen aproximadamente 24 empresas de distintos rubros de producción que operan bajo el régimen de maquila que está vigente en nuestro país desde el año 2000.

Fonte: <http://www.ultimahora.com/industriales-brasilenos-que-huyen-la-retraccion-ven-paraguay-como-opcion-n905290.html>

Mundo

Asamblea de la OEA autoriza a Almagro a iniciar reformas

La Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA), reunida en Washington, aprobó ayer por consenso una resolución que en la práctica permitirá que el nuevo secretario general, Luis Almagro, comience su reforma de la organización con el Consejo Permanente.

martes 16 de junio de 2015

Almagro, que tomó posesión este 26 de mayo, llega a la OEA con la promesa de convertirla en una institución "del siglo XXI", más resolutiva y relevante en un contexto de alianzas regionales en ascenso como la Unasur y la Celac.

El texto que permitirá a Almagro comenzar esa modernización se acordó en el Consejo Permanente y se aprobó, como es tradición en la Asamblea General de la OEA, por consenso de los países miembros.

El nuevo secretario general comenzará por una reestructuración de la Secretaría General, que pasará por la revisión, eliminación y creación de secretarías. Una de las nuevas secretarías será la dedicada al acceso a los derechos humanos, con la que la nueva OEA de Almagro institucionalizará su diálogo con la sociedad civil, una iniciativa que se enmarca en el lema de su mandato, Más derechos para más personas. Con el texto aprobado la Asamblea General da potestad al Consejo Permanente a autorizar "los ajustes necesarios en la estructura de la Secretaría General a fin de adecuarla a la visión estratégica de la organización". Así, Almagro podrá someter sus propuestas al Consejo, que se reúne cada semana en la sede en Washington, en lugar de tener que esperar a la celebración de una Asamblea General, máxima instancia de la organización, que se reúne una vez al año y en convocatorias extraordinarias ante un tema o una crisis específica. El nuevo secretario tendrá que presentar su propuesta de reestructuración antes del 31 de julio.

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Fonte: <http://www.ultimahora.com/asamblea-la-oea-autoriza-almagro-iniciar-reformas-n905353.html>

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul